

ATA DE REUNIÃO

Aos – dias --, de forma virtual, do qual participou a(o) Excelentíssima(o) Procurador(a) da República, XXXXX, compareceu, por videoconferência, o(a) Sr.(a). ---, CPF --, devidamente assistido por seu advogado(a) Doutor(a) ----, OAB/SP nº--, para discutir e, eventualmente, celebrar acordo de não persecução penal no interesse dos fatos constantes do Inquérito Policial nº ---.

Aberta a reunião, o instituto do acordo de não persecução penal foi apresentado para o investigado, sendo alertado, na presença de seu advogado, de que, para fazer jus ao benefício, precisaria não exercer seu direito ao silêncio (STF, ADI 5567), apresentando confissão formal e circunstanciada sobre os fatos investigados no bojo do inquérito policial referido.

Após os esclarecimentos, a(o) investigada(o) mostrou-se interessado em discutir os termos do acordo e, na sequência, confessou formal, voluntária, detalhada e circunstanciadamente a prática do crime investigado, cujo conteúdo encontra-se gravado em arquivo digital.

Discutidos os termos e ajustadas as condições, o acordo foi formalizado por escrito e devidamente firmado entre o Ministério Público Federal, o investigado e seu advogado. Foi esclarecido que os termos do acordo serão submetidos à homologação judicial e que o investigado será ouvido em audiência judicial para constatação de sua voluntariedade, bem como, devidamente cumpridas as condições, será declarada extinta a punibilidade.

Sai o investigado intimado que deve manter seu endereço e demais contatos (e-mails e telefones) atualizados, bem como comparecer na Justiça Federal em XXXX para o ato de homologação judicial do acordo de não persecução penal na data registrada no termo do acordo.

XXXX, Técnica do MPU, digitei, conferi e subscrevi.

Assinada eletronicamente.

{{cidade}}, SP.

{{nomeResponsavelAssinatura}}

{{descricaoCargo}}